



Processo n.º13/17_UVP-FPC

ACÓRDÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC

A. Identificação e Instrução

Por determinação da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) o Conselho de Disciplina da União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 02/10/2017, contra o ciclista seu filiado xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador da licença n.º xxxx tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática de uma infração disciplinar, prevista na alínea a) do n.º2 do art.º 3.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto (Lei Antidopagem no Desporto), consubstanciada na presença da substância proibida não específica «Estanozolol» no líquido orgânico (urina) recolhido ao arguido no final da prova *Taça de Portugal BTT*, que teve lugar em Melgaço, no dia 19/03/2017.

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo, que foi nomeado pelo Conselho aquando da abertura do processo disciplinar. Findo o inquérito, o processo disciplinar foi entregue pelo Instrutor ao Presidente.

Estão presentes dois dos três membros efetivos do Conselho de Disciplina (o vogal Dr. André Martins faltou, por motivos profissionais), tendo-se verificado que o arguido está sujeito ao poder disciplinar da UVP-FPC, e que nesta data não decorreram mais de 120 dias desde a comunicação da violação da norma antidopagem (n.º 3 do art.º 59.º da Lei n.º 38/2012), pelo que se encontram reunidos todos os pressupostos para validamente deliberar e decidir o processo disciplinar.



B. Fundamentação

No termo da instrução foi elaborado relatório final, que se subscreve na totalidade – quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando o mesmo a fazer parte integrante da presente decisão.

C. Decisão

Depois de analisado e discutido todo o processo, os membros deste Conselho decidem, por unanimidade, aplicar ao ciclista/filiado xxxxxxxxxxxxxxxx as seguintes sanções cumulativas:

- i. Pena de quatro anos de suspensão da atividade desportiva, por resultar provada a prática de uma infração ao disposto no art.º 3.º, n.º2, alínea a) da Lei Antidopagem no Desporto, punida no termos do artigo art.º 61º, nº 1, alínea a) da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto e dos art.º 16.º, n.º1, e 17.º do Regulamento Antidopagem da UVP-FPC);
- ii. Invalidação do resultado individual obtido na prova «Taça de Portugal BTT» (art.º 74.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto e art.º 25 do Regulamento Antidopagem da UVP-FPC);
- iii. Anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia 19/03/2017 (art.º 76.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto e art.º 26.º do Regulamento Antidopagem da UVP-FPC); e,
- iv. Sanção de multa fixada em €500,00 (art.º 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC).

Acresce notar que, nos termos e para os efeitos do disposto no art.º 69.º n.º2, o período de suspensão sempre deveria começar a contar-se desde a data em que o arguido foi suspenso preventivamente (isto é, desde o dia 21/09/2017). Não obstante neste caso, há ainda que considerar o atraso significativo ocorrido no procedimento de controlo – a amostra foi recolhida ao atleta em 19/03/2017 e o resultado da análise à amostra A só foi comunicado à FPC em 18/09/2017 – o



que, no entender deste Conselho não pode deixar de ser relevado. Assim, ao abrigo do preceituado no art.º 69.º n.º3 da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto, o período de suspensão aplicado deve começar a contar-se desde a data da recolha da amostra, isto é, desde 19/03/2017. E, como tal, o arguido não poderá participar, em que qualidade for, em nenhuma competição ou evento desportivo, até ao dia 19/03/2021.

Notifique-se ao arguido, na pessoa da sua mandatária, juntando-se em anexo, como parte integrante da decisão, cópia do Relatório Final de Instrução. E notifique-se igualmente à ADoP.

Lisboa, 31 de Janeiro de 2018

P'los Membros do Conselho de Disciplina,

Recurso desta Decisão

As decisões do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Ciclismo relativas a matérias de dopagem são passíveis de recurso, nos termos da lei e dos regulamentos, para o Tribunal Arbitral do Desporto (em conformidade com o disposto no artigo 4.º, n.ºs 1 e 3, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto). O recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto deve ser interposto no prazo de 10 dias, contados da notificação desta decisão (artigo 54.º, n.º 2, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto).